

com uma taça de Champagne brindou os 50 anos da SPHAN e do Museu Nacional de Belas Artes, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Regina Elena Pinto Vieira Ribeiro, Secretária, lavei a presença até que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

Amplio Guedes

Regina Elena Pinto Ribeiro

Gilberto Ferrez

Max Justo Guedes

Maria da Conceição Beltrão

Eduardo Kneese de Mello

Gilberto Velho

Modesto Carvalhosa

José Mindlin

Francisco Iglesias

Afonso Arinos

Roberto Cavalcanti

Leda Dan

Alcides Mapa

Américo Jacobina

Lourenço Lacombe

Antônio Luiz Porto

Gilberto Ferrez

Max Justo Guedes

Maria da Conceição Beltrão

Eduardo Kneese de Mello

Gilberto Velho

Modesto Carvalhosa

José Mindlin

Francisco Iglesias

Afonso Arinos

Roberto Cavalcanti

Leda Dan

Alcides Mapa

Américo Jacobina

Lourenço Lacombe

Antônio Luiz Porto

Ata da 125ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada no dia 30.04.84, na Fundação Casa de Rui Barbosa-RJ.

Às 14:00 horas do dia 30 de abril de 1984, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência do

Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Angelo Oswald de Araújo Santos, e presentes os Conselheiros: Francisco Iglesias, Maria da Conceição Beltrão, Max Justo Guedes, Gilberto Velho, Muelito Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gilberto Ferrez, Seda Dau, Diretora do Museu Nacional, Lourival Luiz Leacombe, Diretor do Museu Imperial, Aluísio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, representando a Diretora do Museu Histórico Nacional Antônio Luiz Porto e Albuquerque, Américo Jacobina Leacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Joaquim de Arruda Falcão, Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Augusto C. da Silva Telles, Consultor Técnico da SPHAN e ausentes, por motivo justificado, Afonso Arinos de Mello Franco, Eduardo Kneese de Mello, José Ephim Mundim. O Presidente abriu a sessão agradecendo ao Conselheiro Américo Jacobina Leacombe, por acolher, na Fundação Casa de Rui Barbosa, o Conselho Consultivo da SPHAN e, em seguida, passou a palavra a Conselheira Seda Dau para explicar ao Conselho os motivos que a impediram de realizar, no Museu Nacional, a 125ª Reunião do Conselho do PHAN. A Conselheira Seda Dau explicou que o Museu Nacional, como órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, se encontrava em greve. Reiterou o convite para que a próxima reunião fosse realizada no Museu Nacional e passou a informar sobre o andamento das obras de reconstituição de suas salas históricas. Elegeram

50

O trabalho da equipe responsável e disse que as salas deveriam estar prontas até o final do ano de 1984. Informou ter pedido ao MEC e ao Ministério da Ciência e Tecnologia apoio financeiro e institucional para o museu. Participou a conclusão das obras do prédio que deverá abrigar a Biblioteca do Museu, considerada a principal da América Latina em termos de História Natural e Antropologia. Concluiu dizendo que o Arquivo e a Documentação do Museu Nacional estão desprotegidos e que fez contato com o Arquivo Nacional buscando orientação técnica para a implantação de um sistema de arquivologia. O Presidente agradeceu à Conselheira Ieda Dau os esclarecimentos dados e reafirmou o apoio da SPHAN, FUNPM e do Ministério da Cultura ao Museu Nacional. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mapa de Souza para homenagem ao ex-Conselheiro Alfredo Gabrão. O Conselheiro Alcídio Mapa disse que falar de Alfredo Gabrão é, certamente, referir boa parcela da história de duas instituições que sempre estiveram ligadas - a Escola de Belas Artes e o Museu Nacional de Belas Artes - pois, desde 1923, quando na qualidade de aluno ingressou na primeira, até sua morte, ocorrida nesse ano de 1984, jamais deixou de se interessar e de participar do que acontecia nas duas instituições. O Conselheiro refez a trajetória da brilhante vida profissional do homenageado, destacando prêmios e medalhas por ele recebidas tais como: medalha de ouro, em pintura, no ano de 1926; o covarde prêmio viagem, em 1927, dado ao aluno que mais

se destacasse nos anos de aprendizagem, medalha de prata do Salão Nacional de Belas Artes. Destacou também sua passagem, como Professor, na Escola Nacional de Belas Artes e sua direção no Museu de Belas Artes, marcada pelo princípio da impessoalidade no trato da coisa pública. O Conselheiro Alcídio Mafra concluiu sua homenagem enaltecendo o exemplo de dedicação e obra de pintor deixada por Alfredo Galvão. O Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Francisco Iglesias para, em nome do Conselho homenagear José Honório Rodrigues. O Conselheiro Francisco Iglesias disse que poderia falar longamente sobre o homenageado, face ao relacionamento tido com o mesmo, desde 1949, época em que ele publicou o livro "Teoria da História do Brasil". Lembrou a importância, para a historiografia brasileira, da obra do historiador que acabara de falecer. Disse do orgulho de José Honório Rodrigues por ter nascido no Rio de Janeiro e do seu amor pela cidade e da sua indignação pelo fato do Estado ter sido, quase sempre, dirigido por pessoas não nascidas no mesmo. Falou da passagem pelo exterior, através de bolsas de estudos, na Inglaterra e Estados Unidos, e da importância das mesmas não só para ele, como também para o serviço público brasileiro, uma vez que José Honório, conhecedor profundo dos arquivos, bibliotecas e universidades estrangeiras, fazia pesquisa referentes ao Brasil. Atentou para a im-

portância dos cargos públicos exercidos pelo mesmo, sempre ligados à história. Lembrou de suas rápidas investidas como professor universitário na UFRJ, EFF e na UNB. Falou de seu início no Instituto do Açúcar e do Alcool, onde publicou, em artigos, na Revista do IAH, em cerca de 50 números, uma obra valiosa que, até hoje não se transformou em livro. Disse que desejava que sua viúva se incumbisse da publicação, cujo título já anunciado, é "Capistrânico", já que Capistrano, a quem ele muito admirava, foi seu mestre. Falou das passagens de José Honório pelo Instituto Nacional do Livro e pela Biblioteca Nacional, tendo sido na BN, Diretor da Divisão de Obras Raras, o que muito contribuiu para o aprimoramento de seus conhecimentos e que lhe propiciou o credenciamento para escrever o livro "Histórografia Brasileira Colonial", publicado em 1949. Continuando, falou da passagem do homenageado pela direção do Arquivo Nacional enfatizando que raras vezes se viu, na administração pública brasileira, pessoa tão capacitada e com amor tão entranhado em sua tarefa. O Conselheiro fez ainda um resumo da obra histórográfica de José Honório citando várias, de período compreendido de 1949 a 1961. Finalmente, lembrou a publicação de nove volumes dos anais da Biblioteca Nacional, extremamente valiosos. Descreveu, de forma rápida, outras publicações e enfatizou ser sua memória digna do maior respeito, porque José Honório foi o principal

estudioso da historiografia brasileira, tornando-se indispensável marco da área da questão. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferrez para falar sobre o desaparecimento de Newton Carneiro e esposa, considerado um dos grandes bibliófilos brasileiro. O Conselheiro Gilberto Ferrez, muito emocionado, narrou ao Conselho o acidente que ocasionou a morte do casal, no Paraná. Destacou a passagem de Newton Carneiro, duas vezes, pela Câmara de Deputados e contou que o historiador e colecionador tinha grande preocupação com o acervo de sua casa que, segundo ele, assemelhava-se a um museu. O Presidente do Conselho passou, em seguida, à Ordem do Dia, dando a palavra ao Conselheiro Gilberto Ferrez, relator do Processo nº 1.165-T-85. O Conselheiro Gilberto Ferrez esclareceu referir-se o processo ao tombamento da Ponte do Imperador, em Ipoti, Rio Grande do Sul, a 56 km de Porto Alegre, e elogiou as informações contendo dados específicos da construção e dados históricos. Informou tratar-se de uma ponte de pedras construída em 1859, logo no início em que este tipo de construção se iniciou no País, a exemplo das diversas executadas para as estradas de Ferro São Francisco Railway, São Salvador Railway, São Paulo Railway e a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil. O Conselheiro Gilberto Ferrez

concluiu, dizendo que não se poderia deixar de tombár esse velho exemplar delineado no século passado, colheu à disposição da SPHAN o arquivo fotográfico de Marc Ferrez, que contém as pontes mais importantes das ferrovias do País, e sugeriu que a SPHAN indicasse alguém para fazer estudo específico sobre estas pontes. O Presidente aprovou para solicitar a Dra Dora Alcântara, Coordenadora de Proteção da SPHAN e presente à reunião, que no seu programa de trabalho incluisse um estudo sobre pontes e uma estratégia de preservação das mesmas. Sobre tal assunto informou o Conselho que, naquela semana, recebeu, em Brasília, correspondência da Câmara Municipal de Pires do Rio, em Goiás, informando sobre o tombamento, por aquela Prefeitura e pela Câmara Municipal, de ponte ferroviária do começo do século. Informou também que, em Ivoti, a comunidade espera com grande interesse o tombamento da Ponte do Imperador. Participou, naquele momento, que o ministro da Cultura nomeou Luiz Antônio Custódio para diretor da 10ª DR, em substituição ao Dr. Júlio Nicolau Barros de Curtis, que permanecerá na DR como Consultor Técnico e disse que o novo diretor, além de ser pessoa competente, registra prática na área de preservação cultural. Aprovou para mostrar ao Conselho uma publicação de Ramón Gutierrez, financiada pela UNÉSCO, sobre as "Missões Jesuíticas dos Guarantís", em quatro línguas - português, espanhol, francês e inglês, considerada por ele

um dos trabalhos mais importantes da área de Editoração da SPHAN/Pré-Memória e que, na próxima reunião, esperava entregar para os Conselheiros exemplares dos mesmos. Informou também o lançamento da publicação "SPHAN-Memória Ural", com um depoimento de D. Judith Martins, como parte de uma série que será publicada, dentro das comemorações dos 50 anos da SPHAN. O Presidente cobrou em votação o tombamento da Ponte do Imperador, com base no parecer do relator, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. Passou a palavra para o Conselheiro Francisco Iglesias, relator do Processo nº 1.191-T-86. O Conselheiro Francisco Iglesias explicou tratar-se de proposta de tombamento da Capela N. Sa. da Boa Morte, em Barbacena, ressaltando o fato de que, sendo Barbacena velho núcleo de importância vital em MG, somente há pouco teve tombado um monumento histórico. Elegiu o histórico seguro e minucioso, feito por Roberto Maldos, Técnico da Coordenação de Proteção, bem como o estudo de Cipriano Soares Ferreira e da historiadora de Arte Myrian Ribeiro. O Presidente ponderou sobre o parecer técnico de Augusto Silva Telles, que alerta para as alterações de cerca de 30 anos no corpo do monumento, e que traz nas palavras do Secretário do Patrimônio Angelo Uswaldo, a sugestão de inscrevê-lo nos Livros do Tombamento Paisagístico ou Histórico, evitando-se

o Livro de Belas Artes. O relator, em concordância com os pareceres técnicos, propôs o tombamento da Capela N. Sa. da Boa Morte de Barbacena, incluindo os bens móveis e integrados de seu interior, notadamente as talhas do retábulo. O Presidente, antes da votação, esclareceu que, pouco antes do falecimento do ex-Deputado José Bonifácio de Andrada, ele, através de seu filho, Deputado Bonifácio Andrada, enviou à SPHAN pedido de tombamento da Casa dos Andradas, na Praça Bias Fortes, em Barbacena, tombamento este apreciado pelo Conselho Consultivo poucos dias após a sua morte. Entretanto, ele já sabia que a casa estava praticamente tombada. O Presidente deu esta informação para esclarecer que foi a partir deste tombamento que o Patrimônio teve sua atenção voltada para Barbacena ampliando, sob a orientação da Dra Dora Alcântara, estudos para uma contribuição da SPHAN a esta comunidade, já tão magoada pelos sucessivos danos ao seu patrimônio. Citou o exemplo da demolição da Casa do Conde de Prados e justificou o fato de se ter na pauta, hoje em discussão, várias propostas de tombamento de imóveis localizados em Barbacena, como a Matriz da Piedad, Casa dos Andradas, Capela da Boa Morte e Fazenda da Borda do Campo. Em seguida, colocou em votação o processo de tombamento da Capela N. Sa. da Boa morte, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, de acordo com o parecer do relator. Passou, então, a palavra ao

Conselheiro Max Justo Guedes, relator do Processo nº 446-T-53 sobre a Fazenda Borda do Campo. O Conselheiro Max Justo Guedes destacou o valor histórico da Fazenda e da capela anexa e contou um pouco da história, sem contudo desconsiderar a forma excelente com que conservam as características próprias das edificações rurais mineiras, mantendo também, muito bem conservada, a interessantíssima Capela com copiar, e acesso externo ao coro, não muito frequente em exemplares semelhantes e, ainda, outro imóvel denominado familiarmente Sobradinho, de boa qualidade arquitetônica. O Conselheiro sugeriu fosse acolhida a proposta de tombamento protegendo com tal instrumento a bela Fazenda Borda do Campo, nos termos da área especificada no seu parecer e nos pareceres técnicos, constantes do processo. O Presidente colocou a proposta em votação, sendo a mesma recomendada para tombamento, por unanimidade. Aproveitou para participar ao Conselho a realização de um Seminário sobre tombamento, que se havia encerrado naquele dia, e que contou com a participação dos técnicos da SPHAN/Pré-memória e dos Diretores Regionais. Falou, ainda, da oportunidade que Todos tiveram de aprofundar um pouco mais os conceitos e mecanismos de tombamento. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Francisco Iglesias, relator do Processo nº 847-T-43, referente à proposta de tombamento do

conjunto de ruínas da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso. O Conselheiro Francisco Iglesias destacou, em seu parecer, parte da história de Vila Bela, criada em 1752, bem como o seu ciclo econômico. Reportou-se, ainda, ao parecer técnico da Coordenadora de Proteção, que sugere seja a área das ruínas tombada e determinada a área de entorno delimitada de acordo com a proposta feita pela 8ª DR. Considerando todas as informações técnicas do processo concluiu seu parecer propondo o tombamento das ruínas de Vila Bela, bem como a aprovação de seu entorno. O Conselheiro Gilberto Ferraz pediu a palavra para oferecer ao Patrimônio alguns negativos de fotos que ele tirou há 30 anos, em uma viagem à Vila Bela, de algumas igrejas, já em ruínas, e que tiveram seu acervo guardado numa igreja lá construída para esse fim. Mostrou-se preocupado por um possível desaparecimento desse rico acervo. O Presidente do Conselho disse que iria fazer contato com a 8ª DR, para pedir esclarecimento. Colocou o processo em votação, tendo sido as duas propostas aprovadas por unanimidade. Passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, relator do Processo nº 1.146-T-85, para considerar a impugnação do tombamento do Prédio da Light. O Conselheiro Alcídio Mafra de Souza disse que o processo se referia ao tombamento do imóvel situado à Av. Marechal Floriano nº 168, conhecido como "Prédio da Light", incluindo seu acervo, considerado

de inestimável valor para a preservação da nossa memória cultural. Discorreu ainda sobre a importância do prédio na história do Rio de Janeiro. Reportou-se ao parecer do Conselheiro Américo Leacombe, que já havia se manifestado favoravelmente ao tombamento, não só do edifício, como também da coleção fotográfica, do acervo de filmes fotográficos e do arquivo, de alto interesse histórico, à época objeto de convênio entre a então Secretaria da Cultura do MEC, através da Fundação Nacional Pró-Memória, e a empresa Light. Tendo considerado todos os fatos e os pareceres das Coordenadorias de Proteção e Jurídica, constantes do processo, o conselheiro votou pelo não acolhimento da Impugnação e ratificou o voto, já proferido anteriormente, dado e aprovado por unanimidade pelo Conselho, do então relator Américo Leacombe. Esclareceu, também, que a impugnação apresentada foi posta abaixo pelos pareceres de Dora Alcântara e da Assessoria Jurídica, constantes do processo. O Presidente passou a palavra à advogada Tereza Beatriz, que esclareceu ser o imóvel de propriedade da Braslight, que é a Fundação de Seguridade Social da Light, e ser o acervo móvel pertencente à Light. O Presidente colocou o assunto em votação, tendo o Conselho recomendado, por unanimidade, a manutenção do tombamento do imóvel da Light, na Avenida Marchal Floriano, nº 168 nos termos do voto do relator. Passou a fazer uso da palavra Antonio Luiz Porto e Albuquerque,

do Museu Histórico Nacional, que leu os pareceres dados pela Conselheira Solange Godoy, no Processo nº 829-T-70 vol. 09, referente à saída do País da obra do acervo do MAC "A Floresta", de Tarsila do Amaral, para participar de exposições no Indianapolis Museum of Art, no Center for Fine Arts de Miami e no Centro Cultural de Arte Contemporânea no México, no período de junho de 87 a junho de 1988 e no Processo nº 809-T-68, vol. 33, referente a saída do País, da obra do acervo do MASP, "A Educação faz Tudo", de Jean Honoré Fragonard, para participar de exposições dedicadas ao autor no Grand Palais, em Paris, e no Metropolitan Museum of Art, de Nova York, no período de setembro de 87 a maio de 1988. Em seu parecer, a Conselheira Solange Godoy manifestou-se favorável à saída da obra "A Floresta" recomendando, entretanto, o recebimento da resposta do Itamaraty para liberação da mesma. Deu também o seu parecer favorável a saída da obra "A Educação faz Tudo", parabenizando o Museu solicitante pela antecedência do pedido. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o parecer da relatora sido aprovado, unanimemente, nos dois casos. Antonio Luiz Porto e Albuquerque continuou com a palavra, para ler também, o parecer da Conselheira Solange Godoy no Processo nº 829-T-70, vol. 06, referente a ratificação da autorização, já dada pelos Conselheiros, de saída do país da obra "Desenvolvimento de uma garrafa no espaço", de Um-

bertio Boccioni, do acervo do MAC para parti-
 cipar da exposição Spaci in European Art,
 em Tóquio, no período de março a junho
 de 1987. A Conselheira ratificou seu voto
 e o Presidente colocou a matéria em votação,
 tendo sido a mesma aprovada por una-
 nimidade. Em seguida, fez uso da pala-
 vra o Conselheiro Gilberto Velho, relator do
 Processo nº 135-T-38 vol. 02, referente a rati-
 ficação da autorização de saída do país de
 40 peças da coleção arqueológica do acervo
 do Museu Emílio Goeldi, para participar
 da exposição do "V Centenário da Descoberta
 das Américas" em Madri, no período de
 01.10.86 a 30.09.87. O Conselheiro ratificou
 o seu voto de aprovação e aproveitou para
 informar ao Conselho que as peças do acer-
 vo do Museu Nacional, que iriam parti-
 cipar da exposição, não saíram do país
 por desistência do próprio solicitante. O Pre-
 sidente, após a ratificação unânime do
 Conselho, passou a palavra ao Conselheiro
 Alcídio Mafra de Souza, relator dos Processos
 nº 809-T-68 vol. 34 e 809-T-68 vol. 35, para
 ratificação. O Conselheiro disse tratar-se de
 pedidos do MASP referentes, respectivamente,
 o envio à Tóquio e Nagoya, das obras
 "Auto Retrato" e "Pobre Pescador" de Paulo
 Gauguin - "In search of Paradise", no período
 de março a junho de 87, e o envio a mi-
 lhares de 57 obras, para a exposição "Obras
 Primas do MASP", a se realizar no Palazzo
 Reale, por quatro meses, a partir do dia

28 de abril de 1984. Em ambos os casos, o Conselho ratificou o seu voto e parecer favoráveis. O Presidente colocou a matéria em votação, tendo o Conselho ratificado sua decisão. O Presidente, em seguida, se referiu ao Processo nº 829-T-40 vol. 05, referente a saída do país das obras: "Estrada de Ferro Central do Brasil" de Tarsila do Amaral, "Expansão" de Iuri Camargo, "Plano em superfície modulada" de Lygia Clark, "São Jorge" de Bruno Giorgi, "A Boba" de Anita Malfatti e "Catedral" de René Portocarrero, que participaram da exposição intitulada "400 Anos de Arte Latino-Americana", e cujo envio a Buenos Aires foi autorizado pelo Conselho em 29.09.86, informando que as referidas obras retornaram ao Brasil. O Presidente passou a palavra ao Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Joaquim Falcão, para apresentar ao Conselho o novo Coordenador Jurídico da SPHAN/Pró-Memória, dizendo tratar-se de uma conquista para a instituição a colaboração de Paulo Francisco Rocha Leaga. O Presidente da Pró-Memória pediu licença para, antes, fazer uma justa homenagem a Sonia Rabello, que esteve a frente da Coordenadoria Jurídica por vários anos, e a quem a instituição deve a estrutura da Pró-Memória e de alguns de seus órgãos, como o Museu Mello Leitaes, o Sétio Burle Marx, o Museu Seara Segall e a Cinemateca Brasileira. Suguiu ainda o Presidente da Pró-Memória que fosse concedida a Sonia Rabello a medalha Rodrigo Mello Franco, pelo brilhante

Trabalho na SPHAN/Pro-Memória. Continuando disse da sua alegria em poder contar agora com a colaboração de um jurista e professor respeitado e que vem atuando na área de planejamento urbano, dando-lhe, em seu nome e em nome do Secretário do Patrimônio, as melhores boas vindas. O Presidente do Conselho manifestou seu apoio às palavras de Joaquim Falcão, pela justa homenagem a Sonia Rabello, e também pela lembrança do nome de Paulo Francisco Rocha Leaga para a Coordenadoria Jurídica da SPHAN/Pro-Memória. Lembrando episódio que demonstra o carinho que o novo Coordenador tem pelo Patrimônio, contou que Rocha Leaga doou à Prefeitura de Iluro Preto uma das casas mais bonitas e valiosas da cidade. Rocha Leaga agradeceu ao Presidente da Pro-Memória e ao Secretário do Patrimônio a acolhida amável que estava recebendo e fez questão de ressaltar, também, a sua admiração e amizade pessoal por Sonia Rabello. Contou que Sonia foi a 1ª colocada no concurso para a Procuradoria do Município mostrando, mais uma vez, o seu enorme valor. Encerrando suas palavras, falou da sua alegria em poder trabalhar com assuntos ligados ao Patrimônio Histórico Nacional. O Presidente comunicou o retorno ao Brasil de 6 gravuras de Fayga Ostrover, do acervo do MNBA, cujo envio à Argentina e ao Uruguai foram autorizados em 19.06.86; das

obras "Banhistas no Sena", "Amazonas" e "Artista" de Monet; "Retrato de Mulher" de autoria de Picasso e "Rosa e Azul" de Renoir, do acervo do MASP e cujo envio ao Japão foi autorizado pelo Conselho em 25.05.86 e 18.11.86; do quadro "Ponte japonesa sobre a lagoa" de Giverny, de Monet, do acervo do MASP, cujo envio à Espanha foi autorizado pelo Conselho em 18.11.85. Comunicou também o retorno da obra "Martírio de São Lourenço", desenho de Bandinelli, do acervo do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, já autorizada pelo Conselho em 10.07.86, informando que a obra retornou sem ser restaurada, devido ao alto preço pedido pela sua restauração. O Presidente comunicou que as peças arqueológicas e etnográficas amazônicas, do Museu Nacional, cujo envio o Conselho aprovou em 10.03.86, não foram enviadas, por desistência da entidade solicitante e que o mesmo aconteceu com as obras "Gioventù" de Visconti e "Marabá", de Rodolfo Amoedo autorizadas em 29.09.86, não enviadas por falta de providências relativas ao seguro, pela entidade interessada. O Presidente passou a palavra ao Diretor da GADR, Fernando Burmeister, para informações sobre o Museu Rodoviário, em Três Rios. O Diretor Regional informou que, em setembro de 1986, houve uma denúncia de moradores da cidade sobre a eminência de demolição do Museu Rodoviário. Após o levantamento do assunto no Conselho, pelo Conselheiro Gilberto Ferraz, a Diretoria Regional fez

uma vistoria no local e averiguou tratar-se simplesmente de alguns reparos na cobertura do prédio. Em função disto, o Museu teve que deslocar para outro local alguns documentos que estavam necessitando de restauração. O Diretor se comprometeu a fazer nova vistoria e voltar a informar o Conselho. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Modesto Carvalhosa para falar da proposta encaminhada ao ministério da Cultura Celso Furtado e enviada, por este, à Assembleia Nacional Constituinte, relativa à preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do país. O Presidente esclareceu tratar-se do resultado do trabalho da Comissão instituída pela Portaria nº 16 da SPHAN. O Conselheiro Modesto Carvalhosa aproveitou a oportunidade para agradecer, nominalmente, a cooperação de Dora Alcântara, Regina Colli, Juruma Kopke Arnault, Carlos Alberto Xavier, Sydney Solis, Fernando Burmeister, José Antônio Monato e Ana Luiza Freitas, e dizer que o trabalho teve, como base de estudo, o anteprojeto Afonso Arinos, o Conselheiro analisou o trabalho e falou da sua satisfação e de toda a Comissão, em saber que teve a aprovação do Secretário do Patrimônio e do Ministério da Cultura. Pediu a todos os Conselheiros que Tomassem conhecimento do documento, uma vez que o mesmo estava sendo distribuído naquela reunião. O Presidente da Pró-memória, Joaquim Falcão, disse que o trabalho apre-

sentado era mais detalhado e mais seguro que o da Comissão Afonso Arinos, que tantos opositores teve que enfrentar. Sugeriu que a Comissão ouvisse a Coordenadoria de Arqueologia, e Maria Beltrão, para saber se o estudo apresentado na proposta atendia às aspirações da área. O Presidente do Conselho informou que o ministro Celso Furtado iria falar no dia 12, na sub-Comissão de Cultura e Educação, e que o prazo para as contribuições já havia terminado. Contudo o ministro poderia referir, ainda, alguns acréscimos que fossem sugeridos pela Comissão. O Presidente apresentou aos Conselheiros a conclusão do inventário de bens móveis e integrados feito nas igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Sabará, explicando que o inventário nos imóveis eclesiásticos tombados representava a conclusão do processo de tombamento. Disse que o trabalho iniciado em Minas Gerais contou com o apoio financeiro da Fundação Vitae e colaboração da Fiat Automóveis. Destacou a cooperação técnica de Myriam Ribur e Yara Costa e esclareceu que a SPHAN / Pró-Memória pretende estendê-lo a todo o Brasil. O Presidente da Pró-Memória ratificou as palavras do Secretário do Patrimônio, dizendo que o trabalho de inventário é um dos mais gratificantes da SPHAN, solicitado não somente a nível das comunidades, mas também a nível do Conselho e, sobretudo, a nível da Polícia Federal, que necessita de informações mais

precisas quando ocorrem roubos. Informou ser intenção da Pró-memória ampliar a equipe que vem realizando tão bem o inventário e, logo seja concluído o de Minas Gerais, iniciar o inventário de Olinda. Aproveitou a oportunidade para convidar o Conselho a se reunir no Museu Nacional de Belas Artes, que também comemora 50 anos, e convidou a todos para a exposição "Brasil Holandês", a se realizar no Paço, reunindo acervo de valor superior a 40 milhões de dólares, e que será aberta entre 20 e 25 de maio próximo. O Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Silva Telles, passou a usar a palavra para informar ao Conselho os problemas que vêm causando o tráfego na Cidade de Olinda. Pediu apoio à Prefeitura e à Fundação Centro de Preservação de Olinda, que viu cassada, pelo Supremo Tribunal, a medida judicial que determinava a suspensão do tráfego em Olinda. A Prefeitura baixou, então, um Decreto, proibindo o tráfego na cidade alta de Olinda e dando um prazo de 30 dias para a regulamentação do Decreto. Silva Telles leu telegrama do Ministro da Cultura ao Prefeito, dando apoio às medidas tomadas em defesa da cidade com relação ao tráfego em suas ruas históricas e manifestando, seu apoio ao Governo de Miguel Arrais, quanto ao problema. O Conselho Gilberto Velho indagou se o que estava sendo solicitado do Conselho era uma moção.

Silva Telles respondeu que a Prefeitura estava pedindo apoio do Patrimônio às medidas já estabelecidas no Decreto Municipal. Após várias discussões e ponderações sobre o instrumento jurídico legal a ser usado pela SPHAN, o Conselho, após ouvir o Consultor Técnico, o Coordenador Jurídico e o Presidente da Pró-memória, decidiu autorizar o Secretário do PHAN a promover as medidas de natureza administrativa e judiciária, para efeito de proteção ao bem tombado. O Conselho sugeriu a criação de Comissão para apresentar ao Secretário uma proposta concreta sobre o assunto, Comissão esta composta pelas seguintes pessoas: Paulo Francisco Rocha Leaga, Modesto Souza Barros Carvalhosa e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. O Conselheiro Gilberto Vilho pediu a palavra para dizer que havia recebido da Associação de Moradores da Gávea carta denunciando início de obras na Chácara da Gávea. Considerou o problema extremamente grave, chamou a atenção de que se tratava de uma questão relativamente antiga e que via a ação da SPHAN como necessária e urgente. O Presidente chamou o Diretor da 6ª DR para esclarecer o assunto. Fernando Burmeister (Diretor Regional da 6ª DR) explicou que a questão está sendo acompanhada pela DR, desde que a intenção dos incorporadores de retomar o empreendimento foi tornada pública, pela imprensa. Disse ainda que foram feitas vistorias no local e que a Associação de

Moradores da Gávea têm colaborado com a SPHAN na fiscalização permanente, no sentido de evitar o início de obras irregulares, tendo, inclusive, solicitado na nossa posição diante da pretensão dos incorporadores: Sobre o assunto consultou o Raphael Carneiro da Rocha acerca da forma correta, submetendo-lhe a minuta do ofício, que recebeu aprovação. Neste ofício informamos não existir projeto definido aprovado pela 6ª DN e que qualquer projeto a ser apresentado deverá ser analisado a partir dos critérios sempre adotados para a efetiva preservação daquela área que, como é do conhecimento geral, coincidem com aqueles já dispostos na legislação municipal. Esta permite exclusivamente a edificação de residências unifamiliares em uma só construção, limitada a dois pavimentos e taxa de ocupação máxima de 20%. Este ofício foi recebido pela AMAGÁVEA que, por sua presidente, agradeceu e reafirmou a disposição de manter a fiscalização sobre a área, de modo a evitar obras irregulares. Até o momento, o que ocorreu foi limpeza de parte do terreno e colocação de um portão, o que, apesar de caracterizar início de obras, não justifica no momento a realização de embargo extrajudicial, dado que o Poder Judiciário já concedeu em caráter liminar a ordem de imediata paralisação das obras. O Presidente do Conselho sugeriu que fosse enviada à Associação uma cópia da

Certidão de Tombamento para facilitar o seu trabalho. O Conselheiro Gilberto Ferraz lembrou, também, o problema noticiado naquele dia pelo "Jornal do Brasil" sobre a construção de um Hotel no Selblon num terreno conhecido como "Chácara do Céu". O Diretor Regional disse, quanto ao assunto, que os critérios de proteção são os mesmos adotados para a área da "Chácara da Gávea", já que os dois empreendimentos estão em áreas próximas. Relatou que foi procurado recentemente pelo proprietário, senhor Antônio Sanches Galdeano, que apresentou montagens fotográficas procurando justificar o projeto e manifestando sua intenção de executá-lo, e que naquela oportunidade, comunicou-lhe, verbalmente, nossos critérios para a aprovação de projetos na área. O Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião da qual eu Regina Elena Pinto Vieira Ribeiro, Secretária, lavrei a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

Amplio Conselho

Regina Pinto Ribeiro

Francisco Iglesias

Francisco Iglesias

Maria da Conceição Beltrão

Max Justo Guedes

Gilberto Velho

Modesto Carvalhosa

Roberto Cavalcanti

Gilberto Ferraz

Iseda Dan

Leandro Leal

Leandro Leal

Gilberto Velho

Roberto Cavalcanti

Gilberto Ferraz

Iseda Dan

Leandro Leal

Leandro Leal

Leandro Leal

Alcides Mafrá ~~Alcides Mafrá~~
 Antônio Porto Antônio Luiz Porto e Albuquerque
 Américo Jacobina G. Seacombe

Ata da 126ª Reunião (Extraordinária) do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizada em 01/06/84.

Às 14:30 horas do dia 01 de junho de 1984, na sala 802 do Palácio Gustavo Capanema, nesta cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência do Secretário Angelo Osvaldo de Araújo Santos. Presentes os Conselheiros: Maria da Conceição Beltrão, Américo Jacobina Seacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa; Lourival Luiz Seacombe, Diretor do Museu Imperial; Solange de Sampaio Galvão, Diretora do Museu Histórico Nacional; Alcides Mafrá de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes e o Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Velles. Ausentes, por motivos justificados, os Conselheiros: Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Ferrez, José Mindlin, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Gilberto Velho, Masc Justo Guedes, Eduardo Kneese de Mello, Modesto Souza Barros Carnalhesa, Francisco Iglesias e Leida Dau, Diretora do Museu Nacional. O Presidente deu início aos trabalhos explicando os motivos da reunião extraordinária, tendo em vista a negativa do Conselho no Processo nº 809-T-68-vol. 38, que trata